

LIMITES DO SENTIDO E O PAPEL DO LEITOR NA CONTEMPORANEIDADE

Janine Resende Rocha

Mestre em Letras: Estudos Literários - UFMG

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre as condições de emergência do sentido, reflexão que demanda o estudo da hermenêutica literária e do papel do leitor, pensados a partir das Estéticas da Recepção e do Efeito – representadas respectivamente pelas teorias de Hans Robert Jauss e de Wolfgang Iser.

PALAVRAS-CHAVE

Hermenêutica literária, leitor, contemporaneidade, teoria da literatura

Este artigo propõe uma reflexão sobre os limites do sentido perante a hermenêutica literária e o papel do leitor na contemporaneidade – mais especificamente do leitor crítico –, segundo referências tomadas das Estéticas da Recepção e do Efeito, representadas respectivamente pelas teorias de Hans Robert Jauss e de Wolfgang Iser. Estimulada primeiramente pela leitura de *A história da literatura como provocação à teoria literária*, de Jauss – ensaio determinante para o surgimento da Estética da Recepção como proposta teórico-metodológica –, esta reflexão destaca a potencialidade inerente ao texto literário quanto ao seu sentido, potencialidade que, manifesta na renovação das leituras, confere visibilidade a distintos “sistemas histórico-literários de referência”¹ e sistemas teórico-metodológicos. Sublinhamos o papel do leitor como uma maneira de visualizarmos não só fatores que, externos ao texto literário, possam justificar tal potencialidade, como também fatores intrínsecos ao texto, pertinentes, por exemplo, à negatividade e às lacunas textuais.

Na contemporaneidade, o debate voltado para o leitor grava os limites do sentido como um impasse incontornável, circunscrição que aponta necessariamente para a autonomia do leitor diante do texto literário. Na configuração desse debate o sujeito interpretante – isto é,

¹ JAUSS. *A história da literatura como provocação à teoria literária*, p. 28.

o leitor – conquistou um destaque teórico mediante a objeção ao “campo hermenêutico”,² campo que pressupõe uma congruência entre a expressão do autor e o sentido atribuído ao texto pelo intérprete. Paralelamente, a ausência de diretrizes fixas e de valores hegemônicos, que caracteriza o cenário teórico contemporâneo, dificulta a definição de limites para o desempenho do leitor.

No ensaio “O campo não-hermenêutico ou a materialidade da comunicação” Hans Ulrich Gumbrecht postula duas linhas para a hermenêutica: a primeira é descrita como “campo hermenêutico”, cuja premissa básica reside na correspondência entre expressão e interpretação:

Num texto hermenêutico, sempre que a palavra expressão é mencionada o que se tem em mente é a premissa do campo hermenêutico segundo a qual o sentido nasce na profundidade da alma, podendo contudo ser expresso numa superfície – a superfície do corpo humano ou a do texto. No entanto, e eis a importância do campo hermenêutico, a expressão, porque limitada à superfície, permanece sempre insuficiente quando comparada ao que se encontra na profundidade da alma. Deste modo, não apenas o corpo é um instrumento secundário de articulação, também a expressão se revela insuficiente. Em virtude desta premissa, no interior do paradigma hermenêutico se impõe a necessidade da interpretação. Interpretação: ou seja: processo que, principiando pela insuficiência de uma superfície qualquer, dirige-se à profundidade do que vai na alma de quem se expressa. Como resultado, estabelece-se uma identidade entre o que o sujeito desejava expressar e o entendimento do intérprete.³

A segunda linha, designada por “campo não hermenêutico”, caracteriza-se pelo questionamento ao “postulado de uma interpretação correta”⁴ a partir da década de 1970 e evidencia a associação entre a pluralidade de paradigmas vigente na contemporaneidade e o seu impacto na hermenêutica. Esse campo é pautado, segundo Gumbrecht, pela “*convergência no que diz respeito à problematização do ato interpretativo*. Convergência capaz de associar pontos de vista sem dúvida distintos. No contexto contemporâneo, o que mais importa é a absoluta ausência de uma teoria hegemônica.”⁵

O “campo não hermenêutico” ressalta as forças – simultaneamente diversificadas e contrastantes –, que revelam um “mundo sempre menos estruturado e

² GUMBRECHT. O campo não hermenêutico ou a materialidade da comunicação, p. 139-140.

³ GUMBRECHT. O campo não hermenêutico ou a materialidade da comunicação, p. 139-140.

⁴ GUMBRECHT. O campo não hermenêutico ou a materialidade da comunicação, p. 143.

⁵ GUMBRECHT. O campo não hermenêutico ou a materialidade da comunicação, p. 144. (grifos do autor)

sempre mais viscoso e flutuante”.⁶ Podemos pensar que esse campo é compatível com uma concepção de crítica literária que não pretende a verdade do texto literário, a totalidade do sentido ou a referencialização exata desse texto. Podemos pensar também que esse campo acaba por ratificar a assimetria entre texto e leitor, que demanda a reflexão sobre o papel do leitor, ou seja, demanda a reflexão sobre a maneira pela qual o leitor procede diante do texto, sobre os limites do sentido do texto e sobre fatores que interferem na atribuição e na produção desse sentido.

A multiplicidade dos sentidos admitida pelo texto literário exige uma discussão sobre os limites e as potencialidades do sentido, discussão respaldada pela hermenêutica literária, assunto determinante para a teoria da literatura. A hermenêutica alicerça uma discussão que busca averiguar as condições que perpassam a *tradução do sentido*. Conduzida pelo crítico, essa tradução – que, estimulada pelo texto literário, resulta num novo texto – coloca em xeque o princípio segundo o qual a hermenêutica agenciaria a decodificação do sentido profundo e verdadeiro do texto. Contrariando esse princípio, neste artigo a hermenêutica abraça questões referentes à multiplicidade do sentido, através da qual a subjetividade do leitor é explicitada.

O impasse que recai sobre os limites do sentido vincula-se a uma incompatibilidade estrutural, em razão de o texto literário condicionar um sentido inexaurível e, ao mesmo tempo, ter que limitar os passos do leitor. Na orientação moderna do termo, a literatura traz na sua base o questionamento das “condições de possibilidade de emergência das estruturas de sentido”,⁷ pois desacredita a unidade e a totalidade, além de minar critérios estáveis para o julgamento, seja quanto ao valor, seja quanto à autoridade de um centro exegético – centro regido, em hipótese, por critérios tais como autor, contexto empírico, imanentismo textual, metodologia teórica –, e torna a procura pelo sentido uma tarefa arduosa para o crítico.

Ou, mais incisivamente, a literatura coloca em questão se o exercício crítico requer – ou, até mesmo, comporta – essa procura, já que a modernidade literária acentua o que Jacques Rancière designa como “regime errante da letra órfã”,⁸ em que essa letra é desprovida da legitimidade de um “pai”. Esse regime – que catalisa a autonomia da literatura – marca uma inflexão na maneira como a recepção do texto literário se

⁶ GUMBRECHT. O campo não hermenêutico ou a materialidade da comunicação, p. 138.

⁷ GUMBRECHT. O campo não hermenêutico ou a materialidade da comunicação p. 147. (grifos do autor)

⁸ RANCIÈRE. Prefácio a *Políticas da escrita*, p. 9.

desdobra, pois deixam de haver regras para as relações entre autor e texto, entre texto e leitor e entre autor e leitor. A ausência de regras exhibe uma espécie de excesso constitutivo da literatura, visto que ficam afastados os desígnios do esgotamento do sentido, em prol da sua multiplicidade e do heterogêneo.

Na acepção moderna, pois, a literatura pode ser definida pelas poéticas da negatividade, que não só desafiam como legitimam toda uma tradição teórica, já que o sentido do texto não se restringe a um domínio único, como o da representação, e é incompatível com a relação verdadeiro-falso. Ao utilizarmos a expressão *poéticas da negatividade*, pensamos, junto com Iser, em “(...) lacunas e negações [que] conferem ao texto ficcional uma densidade característica, por meio de omissões e cancelamentos, revelando traços não explicitados”.⁹ A negatividade ressuma uma espécie de texto não formulado, isto é, não escrito. No caso de Iser – bem como no de Jauss –, ainda que não haja a especificação do papel do leitor crítico, a crítica pode ser aventada a partir do descredenciamento de normas para a interpretação. O imanentismo textual deve ser desacreditado em prol da interação entre leitor e texto, concretizada na medida em que se assume que a literatura é uma via de comunicação.

Nas perspectivas das Estéticas da Recepção e do Efeito, propostas respectivamente por Jauss e Iser, a negatividade é, paradoxalmente, um fator imprescindível para a comunicação literária, ou seja, a negatividade potencializa essa comunicação. Para Iser, a literatura deve contribuir para que o leitor repense o mundo em que vive, mas, para tanto, a experiência de leitura não pode se coadunar com a previsibilidade, o automatismo ou a padronização. Nessa direção já professava Jauss em *A história da literatura como provocação à teoria literária*, texto fundador da Estética da Recepção em que o autor, além de defender uma função social da literatura, condiciona o cumprimento dessa função a uma arte que negue a representação.

A negatividade angaria fatores importantes para se avaliar o sentido do texto literário. Iser aposta na ideia de que a literatura é inverificável – ideia vinculada a uma preferência do autor por uma caracterização não representacional da literatura –, sendo que as *lacunas e negações* constituem “precondição fundamental da comunicação”¹⁰ e demarcam, assim, um lugar estrutural no seu pensamento. A literatura cria uma

⁹ ISER. *O fictício e o imaginário*: perspectivas de uma antropologia literária, citado por ROCHA. *Teoria da ficção*: indagações à obra de Wolfgang Iser, p. 31.

¹⁰ ISER. *O fictício e o imaginário*: perspectivas de uma antropologia literária, citado por ROCHA. *Teoria da ficção*: indagações à obra de Wolfgang Iser, p. 30.

“realidade virtual”,¹¹ uma realidade inexistente até então, que se submete a uma *poiesis* radical e que, para existir efetivamente, depende da atuação do leitor – razão pela qual o sentido do texto ganha um “matiz subjetivo”.¹² Há, então, uma espécie de simbiose entre a negatividade literária, a comunicação literária e o papel do leitor. Assim, a definição desse papel está submetida à configuração textual, pois, como Iser dispõe: “Ao leitor cabe achar a motivação para o que a negativa possa dar a entender. Dessa forma, o leitor explicita o que não está expresso, e nisto parece residir uma característica importante do texto literário.”¹³

No pensamento de Jauss, a proposição de uma “semântica histórica”¹⁴ é devedora do choque, que consubstancia uma equação diretamente proporcional: além de ser uma categoria estética, o novo elabora uma categoria histórica, pois uma obra torna-se mais histórica quanto mais diferente ela for.¹⁵ Quanto maior for a “distância estética”¹⁶ de uma obra, maior será seu valor:

A distância entre o horizonte de expectativa e a obra, entre o já conhecido da experiência estética anterior e a “mudança de horizonte” exigida pela acolhida à nova obra, determina, do ponto de vista da estética da recepção, o caráter artístico de uma obra literária. À medida que essa distância se reduz, que não se demanda da consciência receptora nenhuma guinada rumo ao horizonte da experiência ainda desconhecida, a obra se aproxima da esfera da arte “culinária” ou ligeira. Esta última deixa-se caracterizar, segundo a estética da recepção, pelo fato de não exigir nenhuma mudança de horizonte, mas sim de simplesmente atender a expectativas que delineiam uma tendência dominante do gosto, na medida em que satisfaz a demanda pela reprodução do belo usual, confirma sentimentos familiares, sanciona as fantasias do desejo, torna palatáveis – na condição de “sensação” – as experiências não corriqueiras ou mesmo lança problemas morais, mas apenas para “solucioná-los” no sentido edificante, qual questões já previamente decididas.¹⁷

¹¹ ISER. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*, citado por ROCHA. *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*, p. 21.

¹² ISER. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*, citado por ROCHA. *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*, p. 33.

¹³ ISER. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*, citado por ROCHA. *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*, p. 29.

¹⁴ ISER. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*, citado por ROCHA. *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*, p. 20.

¹⁵ JAUSS. *A história da literatura como provocação à teoria literária*, p. 45.

¹⁶ JAUSS. *A história da literatura como provocação à teoria literária*, p. 31.

¹⁷ JAUSS. *A história da literatura como provocação à teoria literária*, p. 31-32.

Na mirada da Estética do Efeito de Iser, a constituição moderna da literatura interfere na sua interpretação, que deixa de ser norteada pela procura da intenção autoral ou da mensagem da obra para refletir o efeito provocado no leitor pelo texto:

A busca da intenção autoral foi substituída pelo exame do impacto que um texto literário era capaz de exercer num receptor potencial. Não sendo mais obrigatória a identificação da mensagem da obra, surgiu um interesse pelo que, desde então, se denominou processamento do texto (*text processing*), isto é, o que acontece ao texto no ato da leitura. Por fim, a relação triádica entre autor, texto e leitor se tornou objeto de estudo.¹⁸

De acordo com Iser, esse *processamento do texto* contempla matizes, isto é, níveis ou instâncias de efeitos e sentidos, que vão do efeito estético provocado pelo apuro linguístico de um texto – ou pelo impensado que apresente em relação ao senso comum – a uma compreensão mais racionalizada, a uma interpretação, portanto.

Em síntese, o fator preponderante volta-se para a “relação dialética entre texto e leitor”,¹⁹ que implica necessariamente a defesa de um sentido multívoco para o texto literário. Do entendimento de Iser depreendemos, contudo, que a ideia de “sentido” seria considerada como medida de equivalência de certa rigidez semântica, incompatível com a indeterminação do texto prevista pela estética literária moderna. Por esse motivo, parece que o autor privilegia menos o sentido do que o efeito, como elucida esta passagem, que alude a uma mudança de paradigma nos estudos literários: “Em lugar da mensagem e do sentido, a recepção da literatura e o seu efeito sobre o leitor se tornaram as principais questões. Não se tratava mais de determinar o que o texto significava, porém o que incitava nos receptores.”²⁰

Embora Iser emparelhe *mensagem* e *sentido* nessa passagem, deve-se ter em mente que as duas palavras não absorvem conceitos equivalentes. Como o próprio autor comenta no debate à terceira sessão do colóquio que deu origem ao livro *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser, mensagem*, refere-se à hipótese de desvelamento das intenções recônditas do texto, enquanto *sentido* reporta-se à ausência

¹⁸ ISER. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*, citado por ROCHA. *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*, p. 24-25.

¹⁹ ISER. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*, citado por ROCHA. *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*, p. 20.

²⁰ ISER. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*, citado por ROCHA. *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*, p. 26.

da pretensão de se reconstruírem tais intenções. Ainda que Iser não se mostre tão assertivo, vale conferir a passagem do debate:

Apesar de concentrar minha análise na produção de sentido através do texto, confesso que me sinto hesitante sobre esse tema [a definição de sentido]. Não mais procuramos a mensagem de uma obra literária, como era a regra do jogo no século passado [século 19]. Nesse ínterim, a mensagem foi substituída pelo sentido, visto como preocupação central dos que lidam com literatura. Porém, assim como a mensagem se tornou um conceito histórico, o foco sobre o sentido pode também ser relegado ao passado.²¹

Vemos reforçado nesse trecho, portanto, o desfavorecimento que o sentido recebe.

Entretanto, não parece plausível que o “efeito” provocado pelo texto fique restrito a uma esfera de pura fruição, apartada de alguma evidência mensurável, como é o sentido. O sentido é congruente com a materialização semântica do texto, a ser levada em conta segundo gestos que designem o processamento do texto. Sem que nos afastemos da teoria iseriana – e por maior que seja a variedade de aspectos teóricos associados à palavra *sentido* –, localizamos, entre esses gestos: *atribuição* ou *constituição de sentido*, no caso do preenchimento de espaços vazios ou lacunas – isto é, da negociação entre o expresso e o não expresso pelo texto –; *produção de sentido*, fruto da descontinuidade textual e do fato de a literatura criar referenciais, cuja validade difere da validade dos referenciais da realidade.

Entendemos que distinguir esses gestos não significa negar a combinação de um gesto com o outro; ao contrário do disposto por Antoine Compagnon, que restringe a atuação do leitor aos “pontos de indeterminação do texto”:

A liberdade concedida ao leitor está na verdade restrita aos pontos de indeterminação do texto, entre os lugares plenos que o autor determinou. Assim, o autor continua, apesar da aparência, dono efetivo do jogo: ele continua a determinar o que é determinado e o que não o é. Essa estética da recepção, apresentada como um avanço da teoria literária, poderia bem não ter sido, afinal de contas, mais que uma tentativa para salvar o autor, conferindo-lhe uma embalagem nova.²²

²¹ ISER. *O fictício e o imaginário*: perspectivas de uma antropologia literária, citado por ROCHA. *Teoria da ficção*: indagações à obra de Wolfgang Iser, p. 133.

²² COMPAGNON. *O leitor*, p. 155.

O fictício evoca um imaginário operante em tempo integral durante a leitura,²³ motivo pelo qual a atuação do leitor não estaria circunscrita apenas ao gesto de atribuição de sentido.

Ao postularmos o sentido do texto literário, não deixamos de reconhecer, contudo, as interferências provenientes do efeito estético sobre o sentido, mas frisamos que o efeito tem o elã do difuso e do virtual. No seu limite, a esse elã corresponde uma experiência de leitura cujo caráter episódico parece ser incompatível com o exercício da crítica literária. Ainda que tenha consciência da precariedade do enunciado literário, a crítica literária deve perseguir um lastro de assertividade – que não se confunde com a restrição da crítica a uma função meramente instrumental, segundo a qual seria vista como veículo do sentido do texto.

É imperativo que tal exercício esteja atrelado a uma proposição argumentativa, a ser transmitida a outros leitores, uma vez que a crítica literária não se coaduna com o evasivo, com explicações que deixem de verbalizar o plausível. Resta indagarmos pelos passos galgados do sentido até a interpretação, ou melhor, pelo caminho que, iniciado com o efeito pura e simplesmente, pode expressar um sentido ou até uma interpretação, que não deve ser entendida como a fixação transcendental do sentido do texto, mas como o empenho realizado pelo leitor em prol da formulação de hipóteses e de uma proposição argumentativa. O efeito ou a experiência estética deve resistir até o final, pois negar a reverberação do efeito seria como negar a ação do imaginário nesse percurso. Sendo assim, antes de ser a amostra de uma competência, o ato da leitura é uma maneira de se concretizar a realidade fugidia do imaginário.

Mesmo no caso da interpretação – palavra que suscita uma rigidez semântica ainda mais grave do que a suscitada pelo “sentido” –, o “fechamento” do sentido do texto debilitaria a “relação dialética entre texto e leitor” caracterizada por Iser, pois, para haver esse fechamento, o texto literário não poderia veicular sentidos tão multívocos como se imagina, isto é, seria possível exaurir o sentido do texto. Ainda que Iser cogite o sentido como hipótese para se atingir tal fechamento, no debate à primeira sessão do colóquio que deu origem ao livro *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*, o autor argumenta:

A “descoberta” do sentido pode ser um meio [de se atingir o fechamento]. No entanto, o sentido do texto não é ocultado pelo autor para que o leitor ou o intérprete possa então resgatá-lo. Pelo contrário,

²³ ISER. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*.

o sentido do texto deve ser reunido pelo leitor, e o sentido se torna sentido dependendo da precisão que o leitor alcança no ato de leitura. Portanto, os leitores são seletivos no que se refere à reunião de sentido e tal seletividade constitui uma necessidade inerente à possibilidade do fechamento.²⁴

Sublinhamos, então, que o sentido decorre não propriamente de uma decisão do autor, mas do empenho do leitor – o que significa, conforme os termos iserianos, que o sentido não está oculto no texto, mas que ele emerge do texto. Destacamos também que o fator categórico para a gradação do efeito para o sentido e do sentido para a interpretação consiste no aprimoramento da precisão mencionada por Iser. Há, portanto, uma interdependência entre efeito, sentido e interpretação, como Luiz Costa Lima faz supor ao refletir sobre o pensamento de Iser: “(...) é o efeito (produto de orientações e valores) atualizado no leitor que lhe serve de filtro para emprestar sentido à indeterminação contida no texto.”²⁵

Os vários níveis ou instâncias de efeitos e sentidos demonstram, assim, a complexidade do enunciado literário. Se a inexistência de um sentido imanente ao texto poderia diminuir a pertinência do estudo do sentido, essa breve incursão pelas Estéticas da Recepção e do Efeito mostra, ao contrário, que o sentido deve ser, irrefutavelmente, objeto de reflexões teóricas. Entre essas reflexões, os limites do sentido – ou seja, os limites da autonomia do leitor – representam um tópico candente, ainda que a pergunta pelo quinhão de liberdade do leitor diante do texto deva ser entendida como um exemplo de pergunta retórica.

Apesar de haver muitos pontos de contato entre as teorias de Jauss e Iser, os autores atribuem esses limites de modo distinto. Ambos pressupõem uma relação dialógica entre texto e leitor, além de defenderem um sentido multívoco para o texto; porém Jauss privilegia a dimensão histórica da literatura como um condutor do sentido, e Iser, a dimensão estética. Seria um erro negar a presença do elemento estético em Jauss; no entanto, ressaltar a dimensão histórica da literatura no pensamento do autor é uma maneira de compararmos a Estética da Recepção com a Estética do Efeito.

A relação entre literatura e história pode ser vista em conceitos tais como “sistemas histórico-literários de referência” e “horizonte de expectativa”, que, potencialmente, afiançam diferenças entre as leituras do passado de uma obra e as do

²⁴ ISER. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*, citado por ROCHA. *Teoria da ficção*, p. 6.

²⁵ COSTA LIMA. Prefácio à segunda edição de *A literatura e o leitor*, p. 24.

presente. Essas diferenças – que, no seu conjunto, montam a história da recepção dessa obra – não impedem, contudo, que Jauss defenda pretensiosamente a possibilidade de se reconstruir o “horizonte de expectativa” de uma obra:

A reconstrução do horizonte de expectativa sob o qual uma obra foi criada e recebida no passado possibilita, por outro lado, que se apresentem as questões para as quais o texto constituiu uma resposta e que se descortine, assim, a maneira pela qual o leitor de outrora terá encarado e compreendido a obra.²⁶

Essa defesa da reconstrução do horizonte de expectativa – que é idealizada, pois ela nega a passagem do tempo como princípio de mudanças, ou seja, ela nega a modificação do passado pelo presente – acaba por projetar a atuação da crítica literária: mesmo que o autor não faça uma menção específica a ela, a crítica vale como um instrumento eficaz de divulgação dos horizontes de recepção e de visualização, não exatamente das perguntas respondidas pelo texto, mas das diferentes perguntas suscitadas pelo texto.

O “horizonte de expectativa”, que veicula referências e diretrizes limitadoras do sentido, só é visível a partir do momento em que leituras são registradas ou documentadas. Por isso, a crítica acaba por merecer um lugar de destaque – assim como o leitor que vira escritor –, uma vez que a leitura do leitor comum se perde. O conceito referente ao “horizonte de expectativa” evidencia também que a comunicação literária é “contaminada” por motivações históricas, mas ainda que essas motivações possam ser recuperadas, não há como afirmar que elas possam ser recuperadas tal como aconteceram.

O “horizonte de expectativa” agencia uma conjuntura de fatores determinantes da historicidade do sentido, que concretizam, portanto, substratos da multiplicidade semântica do texto literário. Ao mesmo tempo, porém, esses fatores cerceiam a crítica e explicam por que ela pode ser organizada a partir de mônadas ou núcleos teóricos. Em outras palavras, temos um mesmo embasamento para duas proposições contrárias, mas igualmente corretas: 1. a integração entre literatura e história revela um potencial de sentido, isto é, desencadeia leituras múltiplas; 2. a integração entre literatura e história elabora horizontes de expectativas, que, apesar de se renovarem periodicamente e não se constituírem como agentes unificadores de leituras, ajudam a justificar o fato de leituras vizinhas no tempo e no espaço compartilharem preocupações e argumentações.

²⁶ JAUSS. *A história da literatura como provocação à teoria literária*, p. 35.

As referências pautadas por tal horizonte ocupam um lugar central no projeto historiográfico de Jauss, pois elas valem como dispositivos por meio dos quais o sentido é controlado, sem que incorra no psicologismo ou no impressionismo. Vale lembrar que o “horizonte de expectativa” é, por definição, um conceito que pressupõe valores a serem assimilados coletivamente. A dúvida que deve ser posta é se não há uma refração desses valores que comprometa um eixo de integração como o do “horizonte de expectativa”, principalmente numa época como a atual – época “da contingência e da disseminação”²⁷ –, em que uma alta dosagem de desconfiança incide sobre caracterizações que tendem para a homogeneização.

Já a fenomenologia da leitura de Iser acalenta a experiência de um leitor particular, sendo que os limites do leitor são pautados pelo próprio texto. Portanto, podemos deduzir que a tradição pós-romântica imprimiu novas fronteiras para a interpretação – ou novos sistemas interpretativos, por assim dizer –, uma vez que essa tradição aboliu prescrições técnicas e de gosto, que condicionavam a recepção do texto e os efeitos produzidos por ele. Dessa maneira, tal como o ato da escrita literária, o ato da leitura comporta a disjunção como fator *sine qua non*.

A abertura de sentido propiciada pelos parâmetros da negatividade torna, então, o papel do leitor mais luminoso. Porém, como conciliar o inacabamento do texto, pressuposto pela ideia da negatividade, com a definição iseriana segundo a qual os limites do leitor são outorgados pelo próprio texto? Essa dúvida revela a dificuldade em se conciliar o fato de o texto literário ter como característica a inexauribilidade do sentido e, ao mesmo tempo, limitar a atuação do leitor, isto é, regular sua leitura. Podemos reformular essa dificuldade nos seguintes termos: num nível abstrato-teórico, a inexauribilidade do sentido é uma prerrogativa obrigatória para a estética literária moderna – uma vez que essa estética problematiza a origem e a totalidade do sentido –, porém, na sua concretude, a leitura e a interpretação ocorrem sob parâmetros limitadores. Sendo assim, parece haver certa idealização da interpretação quando se afirma que a legibilidade do texto literário guarda um caráter infindável.

Segundo Iser, a interpretação é “um esforço cognitivo que busca produzir sentido a partir daquilo a que fomos expostos”.²⁸ Ao reforçar que o sentido é estimulado pelo texto, essa definição explícita, por outro lado, que o sentido exige um esforço do

²⁷ BARRENTO. Que significa “moderno”?, p. 39.

²⁸ ISER. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*, citado por ROCHA. *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*, p. 132.

leitor, isto é, que há limites circunscritos à sua esfera. Além de sublinhar os limites do leitor, o “esforço cognitivo” mencionado pela definição implica também um apelo à linguagem, pois os domínios do sentido e da interpretação são erguidos via linguagem.

Em outras palavras, podemos dizer que tanto o sentido quanto a interpretação obrigam a *tradução* do texto literário em outros – ou novos – termos, como conjura o conto “Pierre Menard, autor do Quixote”, de Jorge Luis Borges, ao ilustrar como o ato da leitura é também um ato de reescrita do texto, sem que haja uma polaridade entre um ato e outro. Em respeito à assimetria entre texto e leitor, a leitura deve ser pensada como um ato de estranhamento ou de interrupção, que obriga a distinção entre a expressão literária e a da leitura – crítica ou não. A correspondência entre interpretação e tradução acaba por enfatizar a textualidade da própria crítica; e, através desse aspecto, observa-se que o papel do leitor concorre para a exploração do sentido via linguagem.

ABSTRACT

This paper intends to reflect on the condition of emergence of the meaning, which demands the research of the hermeneutics of the literary text and the reader's role before the text, thought in relation to the Reader-response criticism – represented by the theories of Hans Robert Jauss and Wolfgang Iser.

KEYWORDS

Literary hermeneutic, reader, contemporaneity, literary theory

REFERÊNCIAS

BARRENTO, João. Que significa “moderno”? In: _____. *A espiral vertiginosa: ensaios sobre a cultura contemporânea*. Lisboa: Cotovia, 2001. p. 11-45.

BORGES, Jorge Luis. Pierre Menard, autor do Quixote. In: _____. *Ficções*. Trad. Carlos Nejar. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 53-63.

COMPAGNON, Antoine. O leitor. In: _____. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. p. 139-164.

COSTA LIMA, Luiz. Prefácio à segunda edição. In: _____. (Sel., Coord. e Trad.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 9-36.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. O campo não hermenêutico ou a materialidade da comunicação. In: _____. *Corpo e forma: ensaios para uma crítica não hermenêutica*. Org.

João Cezar de Castro Rocha Trad. João Cezar de Castro Rocha *et. al.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 137-151.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária.* Trad. J. Kretschmer. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária.* Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994. (Série Temas, v. 36).

RANCIÈRE, Jacques. Prefácio a *Políticas da escrita.* In: _____. *Políticas da escrita.* Trad. Raquel Ramallete *et. al.* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. p. 7-21. (Col. TRANS).

ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser.* Trad. Bluma Waddington Vilar e João Cezar de Castro Rocha. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.